

Magistratura
mineira tem
alta produção,
diz CNJ

PÁGINA 8

Amagis faz
66 anos como
representante
legítima

PÁGINAS 11 A 13

Outubro Rosa:
autoexame
previne câncer
de mama

PÁGINAS 23 E 24



Receba informações da Amagis pelo Whatsapp ou Telegram
[31] 99881-4367



Envie-nos uma mensagem solicitando a inclusão na lista



Rua Albita, 194 - Cruzeiro - Belo Horizonte MG CEP 30.310-160

TJ atende à Magistratura e regulamenta teletrabalho

CECÍLIA PEDERZOLI/TJMG



Alberto Diniz apresentou as propostas dos magistrados a Gilson Lemes

O Órgão Especial aprovou, no dia 29 de setembro, a regulamentação sobre o teletrabalho no TJMG. O presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, que participou da sessão, saudou os membros do colegiado pela decisão e afirmou que a regulação dessa modalidade laboral atende à nova realidade trazida com a pandemia, além de incluir as propostas apresentadas pela Classe e enviadas pela Associação ao Tribunal.

PÁGINA 3

DIVULGAÇÃO



Rosimere do Couto e Luiz Carlos defendem a Classe no DF

Dirigentes da Amagis vão a Brasília contra a PEC 32

PÁGINA 5

FORÇA-TAREFA ATUA CONTRA A DESNATURAÇÃO DA MAGISTRATURA

POR ALBERTO DINIZ*

“A mobilização segue mais forte do que nunca, numa verdadeira força-tarefa para denunciar inconstitucionalidades em defesa da Magistratura”

Sem tempo para descanso ou descuido, seguimos com intenso trabalho no Congresso Nacional para apontar e denunciar as inconstitucionalidades em projetos que afetam a Magistratura. Nossa atuação prioritária se concentra na reta final da votação da PEC 32/2020, que trata da Reforma Administrativa.

Não podemos permitir retrocessos em um país que necessita ter carreiras de Estado fortalecidas. Ao valorizar a Magistratura e outros profissionais do Sistema de Justiça, garantimos também melhores serviços à população. O cidadão, especialmente o mais carente, depende do aperfeiçoamento e fortalecimento da justiça no Brasil.

Desde que essa PEC foi apresentada, a Amagis, em parceria com a AMB e Associações estaduais, tem apresentado oposição a essa proposição que representa grande risco de desmantelamento do serviço público brasileiro.

Uma das principais inconstitucionalidades que com-

batemos confirma o vício de iniciativa, porque somente o Supremo Tribunal Federal pode propor alterações na organização do Poder Judiciário. Com apoio de toda a Classe, não admitiremos afronta à Constituição Federal e à Lei Orgânica da Magistratura.

Estamos unidos e mobilizados no combate à desnaturação das carreiras de Estado, seja no Poder Legislativo ou Executivo. A mobilização segue mais forte do que nunca, numa verdadeira força-tarefa em defesa da Magistratura.

Junto disso, avançamos na regulação do teletrabalho em nosso Tribunal. Conquistamos a aprovação, pelo Órgão Especial, da modalidade de forma participativa. Além de se adequar à nova realidade decorrente da pandemia e às possibilidades abertas com a aplicação de novos recursos tecnológicos, o Tribunal incorporou as reivindicações da Classe.

A Amagis participou dos debates sobre as alternativas de trabalho diante da necessidade do isolamento social, encaminhou sugestões da Classe e defendeu a regulação do teletrabalho em todas as instâncias do TJMG. Ainda fazemos questão de reconhecer e homenagear a Magistratura mineira pela dedicação e alto índice de resultados apurados pelo CNJ sobre o desempenho do Judiciário no ano passado. Parabéns, magistrados e magistradas. ●

[*] Presidente da Amagis

ÍNDICE



- Órgão Especial aprova teletrabalho no TJMG **PÁG 03**
- Amagis solicita levantamento de descontos indevidos ao TJ **PÁG 04**
- Amagis mobiliza bancada mineira contra a PEC 32 **PÁG 05**
- Paulo Tamburini, Juiz auxiliar da Presidência do TRE-MG **PÁG 06**
- TJMG tem maior índice conciliação do Brasil **PÁG 08**
- Amagis e TJMG se unem contra tráfico de mulheres e crianças **PÁG 09**
- Legítima, Amagis completa 66 anos de defesa da classe **PÁG 11**
- Trajetória associativa em valorização da Magistratura **PÁG 12**
- “Além da boca” do cantor **PÁG 13**
- Amagis, TJ e AML publicarão a obra de Godofredo Rangel **PÁG 15**
- Fundação educacional oferece descontos a associados **PÁG 16**
- Votação seguirá estatuto na eleição da Associação **PÁG 17**
- Novos Rumos e Ejez combinam literatura e ressocialização **PÁG 18**
- Adolescentes em conflito com a Lei e a Apac Juvenil **PÁG 19**

+SAÚDE!

- Amagis Saúde dá dicas sobre o autoexame de mama **PÁG 23**
- Autoexame de mama previne com eficácia **PÁG 24**

PRESIDENTE

Desembargador Alberto Diniz Junior

Vice-presidente Administrativo:

Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos

Vice-presidente Financeira:

Juiza Luzia Divina de Paula Peixoto

Vice-presidente de Saúde:

Juiza Rosimere das Graças do Couto

Vice-presidente dos

Aposentados e Pensionistas:

Juiza Marli Maria Braga Andrade

Vice-presidente do Interior:

Juiz Paulo Fernando Naves de Resende

Vice-presidente

Sociocultural-Esportivo:

Juiz Jorge Paulo dos Santos

Diretora-Secretária:

Juiza Ivone Campos Guillarducci Cerqueira

Diretor-Subsecretário:

Juiz Evandro Cangussu Melo

Diretora de Comunicação:

Juiza Cristiana Martins Gualberto Ribeiro



Rua Albita, 194 · Cruzeiro - Belo Horizonte · MG - Telefax: [31] 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br - www.amagis.com.br

Coordenador de Comunicação:

Bruno Gontijo ·
Mtb - MG: 11008

Jornalistas:

Georgia Baçvaroff · Mtb - MG: 08441
Tiago Parrela · Mtb - MG: 14634
Izabela Machado · Mtb - MG: 11210

Projeto Gráfico:

Agência Graffo

Diagramação:

Publicare Design

Pré-impressão/Impressão:

Gráfica e Editora Del Rey

TIRAGEM: 2.300 EXEMPLARES

Órgão Especial aprova teletrabalho no TJMG

Amagis defendeu a regulação em favor da Magistratura

O Órgão Especial do TJMG aprovou, no dia 29 de setembro, a regulamentação do teletrabalho no TJMG. O presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, participou da sessão e destacou a importância da decisão tomada pelos membros do colegiado.

De acordo com o presidente da Associação, a regulamentação dessa forma de trabalho atende ao mesmo tempo à nova realidade, decorrente da pandemia da Covid-19, e às possibilidades abertas com a aplicação de novos recursos tecnológicos no Judiciário.

“Os desembargadores que compõem o Órgão Especial, bem como o presidente Gilson Lemes, demonstraram conhecimento sobre as possibilidades trazidas com as novas tecnologias, e sensibilidade com relação às mudanças na realidade e nas formas de trabalho”, afirmou Alberto Diniz.

Com a nova rotina laboral imposta à Magistratura em função da pandemia, a Amagis participou dos debates so-

CECÍLIA PEDERZOLI/TJMG



Alberto Diniz representa a classe no Órgão Especial

bre as alternativas de trabalho diante da necessidade do isolamento social, encaminhando sugestões da Classe à Presidência do Tribunal e defendendo a regulação do teletrabalho em todas as instâncias do TJMG.

O texto aprovado pelo Órgão Especial define como teletrabalho a modalidade

de trabalho remoto, integral ou parcial, realizada fora das dependências do Tribunal, com a possibilidade de utilização de recursos tecnológicos e de comunicação. *Veja abaixo alguns pontos da resolução.* ●



CONHEÇA ALGUNS PONTOS DA RESOLUÇÃO

Art. 6º Para ingresso no teletrabalho, o magistrado deverá fazer o requerimento ao Presidente do TJMG, com a informação dos dias em que pretende permanecer em regime de teletrabalho, bem como a declaração de que possui móveis e equipamentos de informática adequados e que atendam às exigências ergonômicas do Tribunal.

§ 3º A realização do teletrabalho é facultativa, no interesse e a critério da Administração, em benefício das unidades judiciárias e administrativas, não se constituindo, portanto, direito ou dever do magistrado.

Art. 7º O magistrado em regime de teletrabalho deve ter produtividade mensal pelo menos 20% [vinte por cento] superior à média dos magistrados que atuam em unidades judiciárias iguais ou de competência semelhante, observados os princípios da

razoabilidade e da proporcionalidade.

Art. 8º Os magistrados que optarem pelo regime de teletrabalho deverão comparecer ao fórum pelo menos:

I - 3 [três] dias úteis por semana, os titulares de comarcas de entrância especial, os titulares de comarcas de segunda entrância e os juízes auxiliares;

II - 4 [quatro] dias úteis por semana, os titulares de comarcas de primeira entrância e os juízes substitutos.

Parágrafo único. Salvo autorização do Órgão Especial para residir em outra comarca ou autorização expressa da Presidência do TJMG em casos excepcionais e devidamente fundamentados, o teletrabalho deve ser exercido dentro dos limites territoriais da comarca, devendo o magistrado, em qualquer hipótese, encontrar-se à disposição para o

imediato comparecimento ao fórum ou outro local de sua jurisdição, sempre que se fizer necessário.

Art. 10. O magistrado em regime de teletrabalho deverá permanecer, durante o expediente forense, em condições de ser prontamente contactado pela Presidência, pela Corregedoria-Geral de Justiça, por outros magistrados e pelo diretor da unidade que esteja assumindo ou auxiliando.

Art. 11. É vedada a realização do teletrabalho ao magistrado:

I - em período de vitaliciamento;

II - que tenha sofrido penalidade disciplinar nos dois anos anteriores ao requerimento;

III - vinculado a tribunal eleitoral, no período das eleições.

Amagis solicita levantamento de descontos indevidos ao TJ

Associação atua para agilizar ressarcimento aos magistrados

O presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, entregou, no dia 16 de setembro, ofício ao presidente do TJMG, desembargador Gilson Soares Lemes, solicitando que o Tribunal faça o levantamento dos valores descontados indevidamente de magistrados, a título de imposto de renda sobre os juros de valores devidos de Equivalência Salarial e URV.

Os descontos indevidos foram tema de reunião, um dia antes, quando o presidente Alberto Diniz expôs ao presidente Gilson Lemes os pleitos da Amagis em favor da Magistratura mineira, a fim de agilizar o pagamento do direito.

Alberto Diniz requereu que seja informado se as diferenças de URV e Equivalência Salarial pagas a magistrados e pensionistas são tributadas, quando foram refeitos os cálculos de tais diferenças (considerando a incidência de juros moratórios), e se o pagamento de parcelas referentes a estes juros é atualmente sujeito à tributação de imposto de renda.

No documento, o presidente da Amagis também

AMAGIS



Alberto Diniz apresentou pleitos da Classe durante reunião no Tribunal

solicitou o esclarecimento para saber se as parcelas de URV e Equivalência Salarial, anteriormente pagas, foram abatidas do principal ou do acessório (juros). E da ocorrência efetiva da incidência de imposto de renda sobre as parcelas preteritamente pagas como principal, que, posteriormente, após o recálculo, passaram a ser consideradas como acessórios (juros).

Para garantir mais clareza às informações solicitadas, o presidente Alberto Diniz também requereu o

fornecimento de planilhas individualizadas demonstrando a evolução dos créditos de diferenças de URV e Equivalência Salarial, desde sua apuração primitiva, com indicação dos juros moratórios apurados e a condição tributária de cada um (isento ou não de IR), além de fichas de movimentação financeira abrangendo todo o período dos créditos.

AÇÃO

Em 2013, a Associação ingressou com ação ordinária, em favor dos associa-

dos, pugnando pela inconstitucionalidade da incidência de IR sobre essas parcelas.

Durante julgamento de mérito do tema de Repercussão Geral nº 808, no recurso extraordinário 855091, realizado em março, o STF considerou “não ser recepcionada pela Constituição de 1988 a incidência de Imposto de Renda por exercício de emprego, cargo ou função”. Com a decisão do Supremo, o presidente da Amagis avaliou que a questão pode ser resolvida administrativamente. ●

CONSULTORIA PREVIDENCIÁRIA

“Os advogados foram excelentes na consultoria. Extremamente atenciosos e competentes. Dominam a fundo o assunto e esclareceram todas as dúvidas. Os magistrados não podem perder a oportunidade de fazer a entrevista com os ilustres advogados. Foi uma excelente contratação da Amagis e por isso toda a Diretoria está de parabéns.”

Emerson de Oliveira Corrêa – 2ª Vara Cível da Comarca de Campo Belo



Amagis mobiliza bancada mineira contra a PEC 32

Dirigentes reafirmaram a exclusão da classe na reforma

Os vice-presidente Administrativo da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, e a vice-presidente de Saúde, juíza Rosimere das Graças do Couto, acompanhados da presidente da AMB, juíza Renata Gil, reuniram-se, no dia 29 de setembro, com deputados mineiros, em Brasília, para reafirmar a exclusão da Magistratura da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/20, que trata da Reforma Administrativa.

O juiz Luiz Carlos argumentou com os parlamentares que a Reforma Administrativa não é só prejudicial às carreiras de Estado, mas também ao cidadão. “É necessário demonstrar que as carreiras de Estado, como a Magistratura, devem ser prestigiadas, com condições salariais de acordo com suas responsabilidades e condições de trabalho que possibilitem o melhor desempenho das funções”, afirmou.

A juíza Rosimere do Couto, que também é vice-presidente de Assuntos Jurídicos da AMB, ressaltou o

FOTOS: DIVULGAÇÃO



Dirigentes da Amagis e da AMB atuam juntos em Brasília

trabalho realizado com os deputados. “Esse corpo a corpo é muito importante. Agradecemos o apoio de toda a bancada mineira que tem nos ajudado muito no Congresso Nacional”, disse.

No dia 1º de setembro, a Amagis,

AMB e Associações estaduais obtiveram importante vitória parcial com a exclusão da Magistratura da PEC da Reforma Administrativa. Desde então, os dirigentes atuam pela manutenção dessa conquista. ●



Luiz Carlos e Rosimere do Couto durante corpo a corpo com deputados no Congresso Nacional

Paulo Tamburini,

Juiz auxiliar da Presidência do TRE-MG



LEANDRO PEREZ/TRE-MG

Desde 1996, o Brasil utiliza as urnas eletrônicas nas eleições. Embora, recentemente, o sistema tenha sido contestado, nenhum incidente de violação de segurança foi registrado nesses 25 anos. O juiz auxiliar da Presidência do TRE-MG, Paulo Tamburini, defendeu a segurança das urnas eletrônicas e afirmou que eleições são feitas de acordo com a tradição democrática de cada País.

O eleitor pode ter certeza da segurança da urna eletrônica?

As urnas eletrônicas têm sido utilizadas desde 1996, com segurança absoluta. Até hoje, nunca foi registrado uma quebra nos protocolos de segurança que possa ter interferido no processo de votação e, conseqüentemente, nos resultados. São diversos os níveis de segurança, tornando o processo bastante seguro. O eleitor pode confiar plenamente no sistema eletrônico de votação.

O que distingue o sistema das urnas eletrônicas de outros meios de votação pela internet?

O nosso sistema de votação não é conectado à internet. A Justiça Eleitoral brasileira mantém uma rede própria de canais de comunicação, o acesso à urna eletrônica é feito por cabos e flaschards de memória desse sistema exclusivo. As urnas eletrônicas não possuem wifi, bluetooth ou outro tipo de acesso. Assim, não há possibilidade de o sistema ser invadido. É uma tecnologia interna da Justiça Eleitoral.

Como é feita a programação das urnas eletrônicas?

Há um sistema de código fonte, em que os dados são criptografadas com chaves públicas, lançadas em audiências públicas realizadas, em Brasília, pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Posteriormente, é feita a instalação individual dos programas nas cerca de 550.000 urnas que devem, cada uma delas, sincronizar com o sistema de códigos fontes do TSE. Portanto, mesmo se houvesse a possibilidade de inserir um programa estranho à urna, ela não rodaria. Para a urna funcionar e para os seus dados serem transmitidos, é preciso a integração com os códigos fontes do TSE.

Quais os procedimentos adotados na abertura da eleição?

Na abertura da eleição, as urnas eletrônicas, que funcionam individualmente, emitem, na abertura da votação, um boletim chamado zerésima. Esse documento comprova que a urna está “vazia” e todos os candidatos estão

com zero votos. No final da votação, o resultado é impresso imediatamente no boletim de urna. São emitidas várias vias desse boletim. Uma via desse boletim é entregue aos fiscais dos partidos políticos, uma é fixada na seção eleitoral e outra é remetida para o Fórum Eleitoral. Assim, pode-se verificar, a qualquer tempo, que os dados impressos são os transmitidos para a totalização dos votos.

O boletim de urna garante mais transparência?

São impressas cinco vias obrigatórias do boletim de urna e até 15 vias adicionais. Tudo isso é feito antes de os dados serem transmitidos. É mais uma garantia de segurança, que possibilita ao eleitor conferir o resultado da sessão eleitoral com a informação transmitida ao TSE.

Quais as outras formas de auditoria?

No dia da eleição, é feita uma auditoria do sistema. No sábado, que antecede à votação, os tribunais regionais promovem audiências públicas. São sorteadas urnas de todo o Estado, que são levadas imediatamente para o Fórum Eleitoral. É feita uma votação simulada, aberta para quem quiser participar, e para qual estudantes e cidadãos são convidados. As cédulas de papel são depositadas nas urnas de lona e a apuração é feita exatamente na mesma hora do encerramento da eleição no País. As urnas de lona são abertas e os votos das cédulas são digitados na urna eletrônica. Os resultados são verificados, garantindo que a votação foi compatível nos dois modelos. Tudo é filmado, voto a voto.

É possível definir qual o melhor sistema de votação?

Isso está ligado à tradição democrática de cada País. Nos EUA, por exemplo, cada Estado tem autonomia para decidir se a votação vai ser manual ou eletrônica. Há pequenas cidades na Suíça, onde a votação é feita diretamente na praça, com os cidadãos levantando as mãos. A Estônia saiu de um regime totalitário, sem eleição, para um sistema eletrônico extremamente eficiente, com o qual se pode votar até pelo telefone celular. ●

O LOURDES É SEU

Um empreendimento luxuoso localizado em uma das áreas mais nobres da cidade.


JARDINS
MARÍLIA ABREU

SUA CASA DO SEU JEITO
CHEIA DE ESTILOS E POSSIBILIDADES



FOTO DO LOCAL

lazer
para todas
as idades

sala **3**
para
ambientes

3 suítes
+ lavabo

ESTAMOS DE PORTAS ABERTAS!

CONHEÇA O APARTAMENTO DECORADO

 (31) 4009-7000

JARDINSCAPARAO.COM.BR
RUA CURITIBA, 2142

CAPARAO
D E S D E 1 9 5 7

Acerte o QR
Code para mais
informações



TJMG tem maior índice de conciliação do Brasil

Relatório confirma a alta produtividade da Magistratura mineira

O Relatório Justiça em Números 2021 (ano-base 2020), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), divulgado no dia 28 de setembro, confirmou a alta produtividade do Judiciário mineiro, que, com 77% de rendimento comparado, está entre os cinco mais eficazes do Brasil.

O índice de atendimento à demanda do TJMG, mais uma vez, foi um dos maiores do País, alcançando o índice de 103,6%, e no TJMMG essa taxa foi de 120,3%. Nesse quesito, é avaliada a relação entre o número de processos baixados e o número de casos novos apresentados no mesmo período.

Com 1.274 casos novos para cada magistrado por mês, e uma carga de trabalho de 5.908 processos, a Magistratura mineira obteve o maior índice de conciliação entre todos os tribunais estaduais. O percentual nesse quesito foi de 12,3%, incluída a fase pré-processual.

Em mensagem à Classe, o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, observou que, mesmo com o ano de 2020 tendo sido marcado pelas adversidades causadas pela pandemia da Covid-19, o resultado do relatório produzido pelo CNJ demonstra o compromisso da Magistratura mineira com uma prestação jurisdicional eficiente.

“A Amagis se sente orgulhosa de seus magistrados, que se dedicam diariamente, com afinco e zelo, a construir um País mais justo para seus cidadãos.

ERIC BEZERRA/TJMG



Judiciário mineiro está entre os cinco mais eficazes do País

Diante de tantos desafios enfrentados, esses números nos enchem de esperança e ânimo”, afirmou Alberto Diniz.

Na análise do nível de informatização dos tribunais, calculado pelo total de casos novos ingressados eletronicamente em relação ao total de novos casos físicos e eletrônicos, desconsideradas as execuções judiciais iniciadas, o TJMG teve uma taxa de 85%.

CONCLUSÕES

Entre as conclusões apresentadas pelo Justiça em Números, o relatório aponta que, em 2020, foi constatada,

na série histórica de 12 anos (2009 a 2020), a maior redução do acervo de processos pendentes, que aguardam alguma solução definitiva. Comparado a 2019, houve a redução de cerca de dois milhões de processos.

O documento esclarece que, em ano de pandemia, o ingresso de ações na Justiça foi menor, mas representando um número absoluto 25,8 milhões de casos novos e 27,9 milhões de casos finalizados. Portanto, foram proferidas 25 milhões de sentenças e decisões terminativas, representando uma redução em relação a 2019.●



Amagis e TJMG se unem contra tráfico de mulheres e crianças

Ação faz alerta à sociedade sobre o crime de exploração sexual

A Amagis e o TJMG promoveram, em 23 de setembro, Dia Internacional contra a Exploração Sexual e o Tráfico de Mulheres e Crianças, uma ação conjunta a fim de alertar a sociedade contra esse tipo de crime, que, nos últimos anos, vitimou mais 300 mil pessoas no Brasil.

Segundo o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, a ação conjunta se soma a iniciativas de enfrentamento à exploração sexual e ao tráfico de mulheres e crianças realizadas em todo o mundo. “O Judiciário atua na defesa dos princípios da dignidade da pessoa humana, na busca por uma sociedade cada vez mais justa e igualitária”, afirmou Alberto Diniz, ao reforçar que a Associação está junto da sociedade no enfrentamento desses crimes.

O presidente do TJMG, desembargador Gilson Soares, agradeceu à Amagis, à Coinj e Comsiv, por se unirem ao Tribunal nessa importante iniciativa. “A campanha contra a Exploração Sexual e o Tráfico de Mulheres e Crianças veio em boa hora. Dar informações e visibilidade ao tema é muito importante para a implementação de políticas públicas efetivas. O Tribunal de Justiça está totalmente dentro da campanha no combate a esses crimes”, disse.

A desembargadora Valéria Rodrigues, superintendente da Coordenadoria da Infância e da Juventude [Coinj] do TJMG, alertou que as fronteiras no Brasil estão abertas e não possuem a vigilância necessária para coibir o tráfico de mulheres

GEORGIA BAÇVAROFF



Magistrados e magistradas defendem a implementação de políticas efetivas

e crianças. Na avaliação da magistrada, a desigualdade social é um elemento que facilita a ação dos criminosos.

“A desigualdade socioeconômica é um dos fatores que geram milhares de vítimas para os olheiros da rede criminosa. Principalmente, nas áreas onde vemos conflitos internacionais constantes. Isso abre um enorme campo de tráfico de mulheres e crianças”, denunciou a desembargadora Valéria Rodrigues.

Para a desembargadora Ana Paula Caixeta, superintendente da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar [Comsiv] do TJMG, o combate à exploração sexual e ao tráfico de crianças e mulheres exige uma pronta atuação dos Poderes da República e de todo o sistema de Justiça nacional e internacional.

“É inaceitável que crimes dessa espécie continuem existindo. A conscientização da sociedade e a educação baseada no princípio da dignidade da pessoa humana são necessárias desde a pré-infância. Precisamos mudar as lentes e capacitar empresas, servidores e a sociedade civil para a formação

de seres humanos com possibilidade de autodeterminação, autoestima e autorresponsabilidade para que o sonho não vire realidade”, defendeu a desembargadora Ana Paula Caixeta.

A desembargadora Paula Cunha e Silva, superintendente-adjunta da Comsiv, ressaltou que a divulgação do assunto é de extrema importância. “A subnotificação dificulta a implementação de políticas públicas efetivas

e mesmo de proteção às vítimas. O conhecimento é aliado no combate a esses crimes”, pontuou.

VÍTIMAS

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública mostra que, a cada dia, 226 pessoas desaparecem no País. Em Minas Gerais, segundo levantamento da Polícia Militar do Estado, de janeiro de 2021 até agosto deste ano, foram registradas um total de 10.291 ocorrências envolvendo exploração sexual

Levantamento divulgado pela ONU, no início deste ano, mostra que as vítimas do sexo feminino continuam sendo os alvos principais em todo o mundo. Quase metade das vítimas identificadas em nível global, 45%, eram mulheres adultas e 20% eram meninas. Outros cerca de 20% eram homens adultos e 15%, meninos.

O estudo alerta ainda que a Covid-19 agravou a tendência geral de piora no tráfico de pessoas e na exploração sexual. ●

Mulheres
adultas são
45%
das vítimas

ESPECIALISTA EM LEILÕES JUDICIAIS



mgl.com.br

Contrate nossos serviços:

0800 242 2218

37 9 9827 5613

indicacao@mgl.com.br

Leiloeiros devidamente cadastrados
no sistema AJG
Resolução 882/2018 artigo 18
(indicação direta)



GRUPOCRÉDITO

Nossas especializações:

Administração Judicial/Falência

Inventariante Judicial

Avaliação de Imóveis

Depósito de Bens

Atuante em inúmeras cidades

Legítima, Amagis completa 66 anos de defesa da classe

Associação tem reconhecimento da classe e dos Três Poderes

TIAGO PARRELA/AMAGIS - 26/05/2021

No dia 21 deste mês, a Amagis completará 66 anos. Essas seis décadas e meia foram marcadas pela união dos juízes e juízas do interior e da capital, e a defesa intransigente dos interesses da Magistratura mineira, que reforçaram a legitimidade da Associação não só com a Classe, mas também com os Três Poderes.

A construção dessa legitimidade teve início em outubro de 1955, com o registro da Associação no Cartório de Pessoas Jurídicas de Belo Horizonte. Teve um novo e importante capítulo, com a união da Associação Regional de Magistrados (Armam), criada em Juiz de Fora, no dia 3 de outubro de 1970, e da Associação Estadual dos Magistrados (Assemag), criada no dia 28 de dezembro de 1970, à Amagis no dia 1º de setembro de 1972.

Os movimentos que criaram a Armam e Assemag tinham como objetivo a valorização da Classe, como relatou o saudoso juiz Antônio Carlos Ferreira Botti, da Comarca de Juiz de Fora [Zona da Mata], à equipe do Memorial da Amagis. Desde então, o fortalecimento da Magistratura mineira tem determinado a política associativa.



Interlocução com o TJMG tem garantido a valorização da Magistratura mineira

em setembro de 1988. Em dezembro, após intensa pressão da Amagis, o governador sancionou a lei nº 9.727/88, acatando a trimestralidade dos reajustes, de acordo com o índice inflacionário do período.

Provocada pela Associação, em setembro de 1991, a AMB ingressou junto ao STF com uma ação direta de inconstitucionalidade de dois dispositivos da Constituição do Estado. Um deles previa a exoneração do juiz não vitalício, mesmo que o ato fosse publicado após o biênio do estágio, e o ou-

de assessor em recrutamento amplo, a exclusão de auxílios, verba de acúmulo de função, da atuação na Justiça eleitoral e indenizações do PL do Extrateto.

Segundo o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, a firmeza de princípios e a disposição para o diálogo, historicamente, contribuíram para a consolidação da Associação. “As conquistas da Classe têm relação com a atuação da Amagis junto aos Três Poderes, que a reconhecem como a legítima representante da Magistratura mineira”, afirmou.

“As conquistas da Classe têm relação com a atuação da Amagis junto aos Três Poderes, que reconhecem na história da Associação a legítima representante da Magistratura mineira”

Alberto Diniz, presidente da Amagis

Entre as lutas lideradas pela Amagis ao longo das décadas, está a campanha nacional pela autonomia do Poder Judiciário em 1985. Dois anos depois, no dia 9 de novembro, 300 magistrados participaram de Assembleia Geral Extraordinária para tratar dos vencimentos da Classe.

Com a insistência do governo estadual de incluir a Magistratura no aumento geral oferecido ao funcionalismo público, os magistrados mineiros, liderados pela Associação, paralisaram suas atividades por 48 horas

para permitir a movimentação do juiz de uma a outra vara da mesma comarca, independentemente de pedido seu.

No dia 28 janeiro de 2015, a classe obteve uma importante conquista com a aprovação da automaticidade do reajuste dos subsídios no Conselho Nacional de Justiça [CNJ], pela qual a Associação trabalhou intensamente em Brasília.

Entre algumas das conquistas mais recentes da Magistratura mineira, obtidas neste ano, estão a criação do benefício especial para a migração do regime complementar, dos 170 cargos

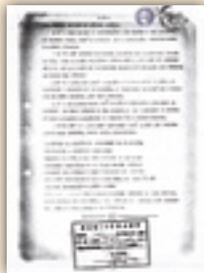
Na atuação pelo aperfeiçoamento da Justiça, a Amagis também obteve conquistas significativas, como, em junho de 2013, a aprovação do Fundo do Judiciário, pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais, que destina recursos das custas judiciais para o orçamento do TJMG.

A ampliação da elegibilidade a todos os desembargadores a cargos diretos do TJMG, aprovada, em janeiro de 2015, pelo Pleno do Tribunal, foi mais um importante avanço obtido pela Amagis, que segue firme no seu compromisso pela democratização do Judiciário. ●

Trajetória associativa em valorização da Magistratura

1955

21 de outubro - Registro da Associação dos Magistrados Mineiros, no cartório de Registro de Pessoas Jurídicas - folha 240 do livro A-1, número de ordem 757 -, 21 de outubro de 1955, em Belo Horizonte



1972

1º de dezembro - Com a extinção da Assemag e da Armam, seus membros se unem à Amagis

1973

12 de maio - Estabelecimento da Seccional Zona da Mata, a primeira do interior

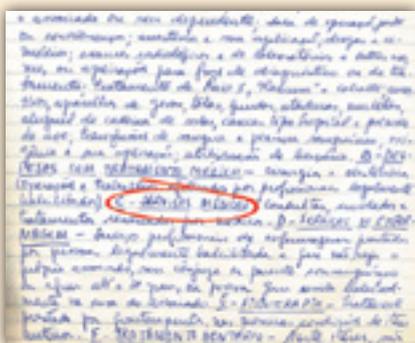
1973

15 de março - Primeira eleição na Amagis

3 de abril - Amagis associa-se à Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB)

1976

22 de abril - Criação do Departamento Médico, Hospitalar e Odontológico (DA-MHO) - início do plano de saúde da Amagis



10 de maio - Presidência da Amagis solicita à Prefeitura de Belo Horizonte doação de terreno para construção de sua sede

1977

18 de abril - Estabelecida a Comissão de Construção da Sede



1979

24 de agosto - Presidência da Amagis solicita ao prefeito Maurício Campos que o contrato de comodato do terreno destinado à construção da sede seja transformado em doação definitiva

10 de dezembro - Sancionada a lei que autoriza doação de terreno à Amagis, em BH, documentada em escritura lavrada no dia 23 de janeiro de 1980

1983

23 de janeiro - Inauguração da colônia de férias de Nova Viçosa (BA)

1984

30 de junho - Inauguração do Parque Esportivo

1985

25 de fevereiro - Amagis inicia campanha nacional pela autonomia do Poder Judiciário [AMAGIS Notícias, nº17, abril de 1985, pág.4]

1987

9 de novembro - Assembleia Geral Extraordinária para tratar dos vencimentos da Magistratura contou com quase trezentos magistrados

18 de novembro - Em convocação extraordinária, reuniram-se duzentos e trinta e sete magistrados para "auscultar e meditar" sobre o que havia sido deliberado na reunião anterior

1988

20 de maio - Juízes solicitam à Presidência da Amagis convocação de assembleia geral com vistas à greve

21 de maio - Inaugurado o Centro Odontológico da Amagis

2 de setembro - Diante da postura do governo estadual de incluir os magistrados no aumento geral oferecido ao funcionalismo público, a Amagis convoca Assembleia Geral da Classe

5 de setembro - Magistratura mineira paralisa suas atividades por 48 horas

26 de outubro - Projeto de aumento de vencimentos da Magistratura aprovado pela Assembleia Legislativa e encaminhado para a sanção do governador

14 de novembro - Governador sanciona a lei nº 9.689/88, que veta o parágrafo do texto aprovado pela Assembleia que concede aumento trimestral aos magistrados

5 de dezembro - Após intensa pressão da Amagis, o governador recua e sanciona a lei nº 9.727/88, acatando a trimestralidade dos reajustes, de acordo com o índice inflacionário do período

1989

28 de março - Primeira eleição da Amagis com duas chapas na disputa. Também pela primeira vez elegeu-se um juiz de 1º grau

12 de abril - Empossado Reynaldo Ximenes Carneiro na Presidência da Amagis como o primeiro magistrado de 1º grau a assumir tal posto

1991

11 de setembro - Por meio de pedido da Amagis, a AMB ingressa junto ao STF com uma ação direta de inconstitucionalidade de dois dispositivos da Constituição do Estado: o que prevê a exoneração do juiz não vitalício, mesmo que o ato seja publicado após o biênio do estágio, e o que permite a movimentação do juiz de uma a outra vara da mesma comarca, independentemente de pedido seu

1991

14 a 16 de novembro – Realizado em Belo Horizonte, o XII Congresso Brasileiro de Magistrados



2002

17 de maio – Estreia, na TV Assembleia, o programa Via Legal, atual Via Justiça, também exibido na TV Justiça

17 de maio – AMB e Amagis promovem o Dia Nacional de Mobilização pela Democratização Plena do Judiciário

2 de agosto – Iniciam-se as atividades do Centro de Convivência – Integramagis



Dezembro – Lançado o programa Pensamento Jurídico, na TV Justiça

Dezembro – Esforço conjunto entre TJ e Amagis mantém pagamento de aposentadoria dos juizes e desembargadores pelo TJMG

2003

3 de outubro – Inauguração do Centro de Apoio ao Magistrado em Trânsito (Camt)



2007

18 de maio – Inicia-se na Seccional Divinópolis, o projeto de Gestão Itinerante

2007

1 de setembro – Instituída a primeira honraria conferida pela Amagis, a “Comenda Desembargador Guido de Andrade”



18 de julho – Em parceria com a Apamagis e outras entidades de classe ligadas à atividade jurídica, a Amagis institui a JUSPREV, fundo próprio de previdência

2009

20 de março – Lançada a revista MagisCultura Mineira

14 de outubro – Inauguração do Memorial Amagis

2010

Maio – Amagis institui o Ano Temático com a realização de diversos debates, entre eles com os candidatos a presidente da AMB daquele ano, Nelson Calandra e Gervásio Horta

6 de outubro – Concluída a reforma de todo o primeiro andar da sede da Amagis

2011

18 de agosto – Lançado o programa “Amor à Vida”, de promoção à saúde e à qualidade de vida

30 de julho – Amagis presta pela primeira vez homenagem aos aposentados



2013

15 de abril – A União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde (Unidas) premia a Amagis Saúde pela excelência dos serviços prestados

6 de junho – A Assembleia Legislativa, em parceria com a Amagis, lança e instala a Frente Parlamentar pelo Aperfeiçoamento da Justiça

11 de junho – Assembleia Legislativa aprova o Fundo do Judiciário, no valor de R\$ 130 milhões, que destina as custas judiciais para o orçamento do TJMG

2013

9 de agosto – Magistrados realizam assembleia histórica, com a presença de 402 associados, e apresentam reivindicações ao TJ

11 de setembro – Amagis transmite pela primeira vez, ao vivo pela intranet, sessão do Órgão Especial do TJMG

2014

14 de fevereiro – Realizada assembleia geral extraordinária da Amagis Saúde, que, na presença de cerca de 500 magistrados, aprovou o plano de saúde Estados (RJ e SP, além de Minas)



23 de julho – Amagis conquista assento com direito a voz, mas sem direito a voto, nas sessões administrativas do Órgão Especial do TJMG

31 de março – Amagis promove seminário para debater “O Papel do Judiciário no combate à violência contra as mulheres”

17 de março – Aprovado pelo Pleno do Tribunal de Justiça de Minas Gerais a ampliação da elegibilidade a todos os desembargadores a cargos diretivos do TJ

2015

8 de janeiro – A Amagis é presidida, pela primeira vez, por uma magistrada, a juíza Luzia Divina de Paula Peixoto, por ocasião das férias do presidente entre 8 e 17/01 e 05/09 e 17/09 de 2015 e, em homenagem ao dia da Mulher, no dia 8 de março

28 de janeiro – Aprovação pelo CNJ da automaticidade do reajuste dos subsídios, com trabalho intenso da Associação

24 a 26 de junho – Como parte dos 60 anos, Amagis promove o I Congresso Mineiro sobre Exploração Mineral

2017

1º de setembro – Amagis e Amagis Saúde lançam o Programa Check-up. Os usuários do plano têm direito a um pacote completo de exames gratuitos

CURADORIA

JUIZ VITOR LUÍS DE
ALMEIDAO MENINO QUE DESCOBRIU O
VENTO

Inspirado em fatos reais, o filme conta a história de um garoto que vive em um vilarejo bem pobre e constrói uma turbina eólica para salvar o lugar da fome. A criança tem a ideia de construir o mecanismo, inspirado em um livro de ciências da escola. Porém, por questões financeiras, ele tem dificuldades para frequentar as aulas. A obra, na minha opinião, mostra o valor da educação e como ela pode ser responsável por mudar a realidade, a vida das pessoas e a sociedade. É um filme excelente, que vale muito a pena assistir.



DIVULGAÇÃO

DESEMBARGADORA
CLÁUDIA MAIAA IMPERATRIZ DE FERRO: A
CONCUBINA QUE CRIOU A CHINA
MODERNA

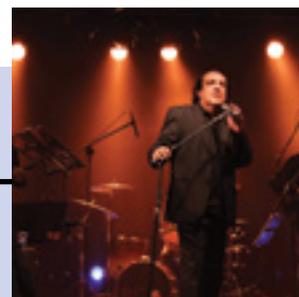
O livro me impressionou muito, não por se tratar da história de uma mulher, mas pelo fato de ser realmente bastante interessante. A biografia conta a história da imperatriz Cixi, que passou de concubina a monarca suprema da China. Quando seu filho de cinco anos assume o trono, Cixi passa a governar o país. Ela era uma visionária e, segundo a obra, foi a imperatriz quem levou a China a se tornar essa pujança que é hoje. Publicado pela Companhia das Letras, o livro está disponível nos formatos impresso e e-book.



DIVULGAÇÃO

BAÚ DE ACORDES

“Além da boca” do cantor



TACILA MENDES

Tiago Parrela - Aos 75 anos, o músico Paulinho Boca de Cantor está lançando o disco “Além da boca”, que reúne onze músicas inéditas do artista, após 10 anos do último lançamento. Integrante do eterno “Novas Baianas”, Paulo Roberto Figueiredo é um dos fundadores do grupo e foi uma das vozes do grupo que marcou época e gerações.

“Além da boca” reúne artistas da nova geração, para acompanhar e em parceria com o cantor nessa sua renovação de composição e repertório, que inclui ritmos do samba, reggae, xote, afoxé. Enfim, toda sonoridade de quem experimentou, desde o antológico “Acabou Chorare”, sons, ritmos, e instrumentos para compor

esse universo plural, além de destacar seu lado compositor.

O novo trabalho de Paulinho Boca de Cantor já está disponível em todas as plataformas de música, e pode ser melhor reconhecido com ‘som na caixa’.

Bethânia canta o escuro do Brasil

A grande cantora Maria Bethânia ressurgiu com o disco “Noturno”, composto por onze músicas e um poema, sob direção musical do fenomenal maestro baiano Letieres Leite. “Noturno”, que sugere um momento de escuridão, é um disco que tem a marca e o selo da artista, trazendo todo o repertório que a consagrou ao longo

de mais de seis décadas, oferecendo sua dramaticidade e beleza na interpretação das palavras e sentimentos.

E para expressar essa dramaticidade da artista com o momento atual do país em que lança “Noturno”, Maria Bethânia expõe na música “Dois de Junho”, da compositora Adriana Calcanhota, a morte do menino Miguel Otávio Santana de Souza, filho da doméstica Mirtes Renata Santana de Souza, morto pelo descuido da patroa da mãe, Sari Côrte Real, expondo o caráter racista e negligência com a criança.

O disco está disponível nas plataformas digitais e também na versão física nas lojas de discos e no site da Biscoito Fino. ●

Amagis, TJ e AML publicarão a obra de Godofredo Rangel

Alberto Diniz fez o anúncio no lançamento da MagisCultura

Na live de lançamento da 24ª edição da Revista MagisCultura Mineira, em 21 de setembro, o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, anunciou a parceria entre a Associação, o TJMG e a Academia Mineira de Letras (AML) para publicar suplementos literários com a obra do escritor e magistrado Godofredo Rangel.

Ao comentar a iniciativa, Alberto Diniz destacou a importância de valorizar a literatura de Godofredo Rangel tanto por sua riqueza quanto pelo fato de o escritor ter sido magistrado. Segundo o presidente da Associação, será lançado um suplemento literário com os romances de Rangel e outro de contos.

Alberto Diniz também falou sobre a satisfação de ver a MagisCultura se renovando e aprimorando a cada nova edição. O presidente ressaltou a qualidade dos trabalhos enviados pelos magistrados, que contribuem para a revista continuar viva e pujante.

De acordo com o desembargador Tiago Pinto, 2º vice-presidente do TJMG e superintendente da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), a publicação dos suplementos com a obra de Godofredo Rangel integra as iniciativas da Escola de reforçar a formação humanista dos magistrados.

Entre os projetos desenvolvidos pela escola com viés humanista, estão o 'Redação em Gotas' e o 'Vozes Poéticas de Minas', realizado em parceria com a AML. "Esse resgate da obra de Godofredo Rangel é muito importante, não só para

REPRODUÇÃO



Debatedores ressaltaram a qualidade da produção artística da Magistratura

a literatura mineira, como para os juízes", comentou o desembargador Tiago Pinto.

O presidente da AML, Rogério Tavares, disse que a Academia e o Judiciário sempre estiveram juntos e, com as recentes parcerias, estão cada vez mais unidos. Tavares adiantou que os suplementos com a obra de Godofredo Rangel receberão uma edição sofisticada, de bom gosto, que valorize o trabalho do escritor e reavive sua memória entre as novas gerações.

Na ocasião, o presidente da AML cumprimentou o juiz Jorge Paulo dos Santos, vice-presidente Sociocultural-Esportivo da Amagis, pelo artigo 'Godofredo Rangel, juiz e escritor que via com "olhos d'alma"', publicado na nova edição da MagisCultura Mineira.

Segundo Jorge dos Santos, que conheceu a obra de Godofredo Rangel por intermédio do saudoso juiz Walter Veado, o que mais lhe chamou atenção no escritor foi o entrelaçamento

com Monteiro Lobato. "Godofredo Rangel sintetizou a alma do matuto, do povo brasileiro do interior. Descrevia o homem simples sem ridicularizar, como pessoas de valor", observou o magistrado, ao afirmar que os suplementos que serão editados pela Amagis, TJMG e AML oferecerão ao público literatura de qualidade.

MAGISCULTURA 24

Em uma breve análise da 24ª edição da MagisCultura, o juiz Renato César Jardim, presidente do Conselho Editorial da revista, destacou o fato de o novo número do periódico contar com a participação de 17 magistrados, o maior número alcançado até hoje.

Jardim falou sobre os vários trabalhos publicados, entre eles o do desembargador Bruno Terra, ex-presidente da Amagis, sobre os 140 anos da viagem do Imperador Pedro II pela Província de Minas Gerais. O monarca é o tema da capa desta edição.

A crescente colaboração de magistrados na revista tem como fator de destaque a participação feminina na publicação. Na avaliação da juíza Aldina Soares, membro do Conselho Editorial da MagisCultura, esse aumento na participação tem relação com efervescência cultural vivida pelo TJMG na atual gestão, que assim como a Amagis valoriza o lado humanista da Magistratura.

O juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, vice-presidente Administrativo da Amagis, destacou a qualidade dos textos enviados pelos magistrados e falou sobre importância da literatura em tempos de conversas rápidas e conclusões precipitadas. Para ele, contos, crônicas, romances, músicas e poemas ajudam a lidar melhor com a realidade. "A literatura vai nos acalantar, acalmar a alma e nos trazer esperança de dias melhores", avaliou.●

LEIA A
MAGISCULTURA

Fundação educacional oferece descontos a associados

Convênio possibilita a promoção de cursos sugeridos pela Amagis

O presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, assinou, no dia 31 de agosto, convênio entre a Associação Fundação Pedro Leopoldo Educacional, com mais de 50 anos de tradição, que, com a parceria, passou a oferecer descontos para os associados e seus familiares.

A parceria possibilita o desenvolvimento conjunto de capacitação ou atualizações acadêmicas e profissionais de interesse específico da Associação e da Magistratura.

Para os cursos de ensino médio com formação gerencial (EFG SEBRAE/FPL), graduação e pós-graduação lato sensu, é ofertado dedução de 12% (sem desconto em folha)

AMAGIS



Alberto Diniz ressaltou a importância da formação continuada

e até 20% (com desconto em folha) sobre os valores das mensalidades.

O curso de Mestrado Profissional em Administração

(MPA) tem desconto de 10% para turma contínua de 20 discentes, 15% para a de 30 estudantes e de 20% e para 40 ou mais alunos. A Amagis

avalia subsidiar uma parte dos cursos para os magistrados. O associado interessado deve mandar e-mail para: imprensa@amagis.com.br. ●

Lagoa da Prata recebe painel de Heleno Nunes

TJMG promove exposição do artista na sua sede, em BH

O Fórum Bárbara de Oliveira Miranda, na Comarca de Lagoa da Prata (Centro-Oeste), recebeu, no dia 24 de setembro, o Painel Justiça, obra do artista plástico Heleno Nunes.

A inauguração foi feita pelo 2º vice-presidente do TJMG e superintendente da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes, desembargador Tiago Pinto.

O vice-presidente

Administrativo da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, representou o presidente da Associação, desembargador Alberto Diniz, na inauguração.

Ao descerrar o quadro, o desembargador Tiago Pinto ressaltou que a obra de Heleno Nunes expressa uma simbiose semântica que se realiza com muita expressividade, cores, força e poder. ●

DECÍLIA PEDERZOLI



Painel foi instalado no hall do fórum

Votação seguirá estatuto na eleição da Associação

Escrutínio será presencial ou por carta registrada pelos Correios

Durante reunião realizada no dia 27 de setembro, a Diretoria da Amagis indeferiu a solicitação de associados para que a votação na próxima eleição da Diretoria e Conselho Deliberativo da Associação, em dezembro deste ano, fosse feita pela internet. Os dirigentes deliberam que o escrutínio será realizado de acordo com o estatuto da Associação.

A decisão foi tomada com base em parecer do Departamento Jurídico da Amagis, no qual recomenda-se manter a forma estatutária de votação presencial e por carta, como ocorre tradicionalmente. O sufrágio pela internet não está previsto no estatuto e, portanto, seria necessária a realização de Assembleia Geral para fazer a mudança. A votação presencial seguirá todos os protocolos de segurança e higienização em prevenção ao Covid-19.

Participaram presencialmente da reunião, o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, o vice-

AMAGIS



Diretoria deliberou com base em parecer do Departamento Jurídico

-presidente Administrativo, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, a vice-presidente Financeira, juíza Luzia Peixoto, e o vice-presidente Sociocultural-Esportivo, juiz Jorge Paulo dos Santos. E de forma remota, a vice-presidente de Saúde, juíza Rosimere das Graças do

Couto, a vice-presidente de Aposentados e Pensionistas, juíza Marli Maria Braga, o vice-presidente de Interior, juiz Paulo Fernando Naves, o diretor subsecretário, juiz Evandro Cangussu, e a diretora-secretária, juíza Ivone Campos Guillarducci.●

Juiz e juíza são convocados a atuar como desembargadores

Magistrados assumiram a 13ª e 16ª Câmaras Cíveis do TJMG

O presidente do TJMG, desembargador Gilson Soares Lemes, deu posse, no dia 22 de setembro, aos magistrados Marco Antônio de Melo e Maria Lúcia Cabral Caruso, como juízes convocados para atuarem como desembargadores.

O juiz Marco de Melo, que responde pela 18ª Vara Cível de Belo Horizonte, assumiu a 13ª Câmara Cível, e a juíza Maria Caruso, da 2ª Vara de Sucessões e Ausência, da capital, passou a integrar a 16ª Câmara Cível. Os magistrados ocuparam, respectivamente, as cadeiras deixadas pelos desembargadores Alberto Henrique e Otávio Portes.

O presidente Gilson Lemes afirmou que os juízes convocados possuem grande experiência na carreira e irão contribuir com seu trabalho para agregar novos valores ao TJMG.

No dia 29 de setembro, o advogado Marcelo Vaz Bueno tomou posse como membro efetivo da Corte Eleitoral mineira, na classe de jurista.●

RIVA MOREIRA/TJMG



Marco de Melo, Gilson Lemes e Maria Caruso

Novos Rumos e Ejef combinam literatura e ressocialização

Projeto Caminhos e Contos foi lançado na Apac de Santa Luzia

O Programa Novos Rumos na Execução Penal e a Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef) lançaram, no dia 9 de setembro, o projeto Caminhos e Contos na Apac de Santa Luzia (Grande BH), que promove a ressocialização por meio do incentivo à leitura e da formação de contadores de histórias.

O presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, participou da solenidade de lançamento e cumprimentou o TJMG pela iniciativa. "O projeto Caminhos e Contos serve de exemplo para todo o País. Une a arte à sensibilidade da metodologia apaquiana na socialização dos recuperandos", afirmou.

De acordo com o desembargador Tiago Pinto, 2º vice-presidente do TJMG e superintendente da Ejef, a expansão do projeto para a Apac de Santa Luzia (a segunda a receber a iniciativa) é muito gratificante. "O Caminhos e Contos possibilita a reflexão e facilita a compreensão das diversas situações que levaram a pessoa até ali, permitindo assim a escolha pelo caminho do bem", disse.

Segundo o desembargador Antônio Armando dos Anjos, coordenador do Programa Novos Rumos, é importante chamar a atenção dos gestores públicos e da sociedade para a ressociali-

RIVA MOREIRA/TJMG



Lançamento foi realizado no modelo híbrido (presencial e virtual)

zação dos apenados. "O método Apac cobra de todos a responsabilidade na construção de novas propostas e oportunidades de vida", comentou.

O vice-presidente Administrativo da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, destacou a trajetória da Apac de Santa Luzia e ressaltou o trabalho dos juízes e juízas de execução penal da Comarca. "Na Apac de Santa Luzia há uma história de muita luta, fé e conquistas. Uma unidade prisional está constantemente se renovando, sempre no intuito

de reconstruir vidas", afirmou. Luiz Carlos é membro do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça e coordenador-executivo das Apacs, do Programa Novos Rumos.

O presidente do TJMG, desembargador Gilson Soares, foi representado pelo 1º vice-presidente do Tribunal, desembargador José Flávio de Almeida, para quem a experiência tem o poder de transformar vidas e dar aos recuperandos novos significados.●

*Com informações do TJMG

Sinal vermelho contra a violência doméstica

Juiza Simone Saraiva de Abreu Abras - Comarca de Belo Horizonte

CNJ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

TJMG Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

AMB Associação dos Magistrados Brasileiros

AMAGIS Associação dos Magistrados do Brasil

ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI E A APAC JUVENIL

Sistema humanizado oferece tratamento digno e o cumprimento das diretrizes do Sinase

GUSTAVO MOREIRA*

A Associação de Proteção e Assistência aos Condenados [Apacs] não é, apenas, um método para execução de medidas socioeducativas aplicadas aos adolescentes que se envolvem em atos infracionais com violência ou ameaça a pessoa ou outros atos graves e reiterados. Cuida-se, especialmente, de um sistema que oferece tratamento digno, humanizado e voltado ao cumprimento de todas as diretrizes previstas na legislação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo [Sinase]. Além disso, esse método promove eficiência no gasto público e respeito ao dinheiro do contribuinte.

Mostra-se importante ressaltar que, não obstante pequenas variações, o custo de um adolescente internado em unidade socioeducativa para o Estado chega à cifra de R\$ 18 mil mensais, ao passo que o mesmo adolescente acolhido em uma Apac

assim não sendo, atuarmos em prol do crescimento do risco social e respectiva criminalidade.

O programa de ressocialização comum juvenil que hoje se observa no cenário nacional, ainda que direcionado ao contexto finalístico de educar e ressocializar ou socializar o adolescente em conflito com a lei, passa por verdadeiras distorções de valores e propósitos.

O adolescente, como pessoa em formação e desenvolvimento, quando em conflito com a lei, necessita, além da responsabilização pelo ato que praticou, de tratamento que lhe cause reflexão sobre suas ações, evitando, assim, novas condutas de mesma natureza

As estatísticas evidenciam que o sistema prisional comum para maiores de 18 anos possui, em sua grande parcela, jovens entre 18 e 24 anos de idade. Por certo, o infrator adulto não inicia sua vida criminoso aos 18 anos

envolve no contexto de inculcar no jovem a disciplina de estabelecer jornada entre 6h e 22h, com atividades de educação, de profissionalização, de reestabelecimento de valores sociais, culturais, espirituais e familiares. A ocupação plena dentro desse inovador sistema socioeducativo é o que permite ao infrator retornar à sociedade sob novas perspectivas e inserido no mercado de trabalho. Tal programação é o que traz nova significação à pessoa e permite a opção pelo caminho do bem.

Negar a evidência de que dar oportunidades, tratar com humanidade e viabilizar boas escolhas a esses indivíduos são o único caminho à ressocialização, é permitir que o futuro esteja fadado ao insucesso e permeado de riscos e desconstruções.

A Apac para adolescentes não é e nem será o único modelo de justiça penal juvenil, mas, em datas atuais, é o menos oneroso, o mais humanizado, um dos mais efetivos e, sobretudo, o que se aperfeiçoa à realidade brasileira, pois firma propósito na ressocialização por meio do estudo, do trabalho, da capacitação profissional, do reestabelecimento dos vínculos familiares, do desenvolvimento espiritual e da reinserção social, ao custo que o cidadão brasileiro pode pagar.

“NEGAR A EVIDÊNCIA DE QUE DAR OPORTUNIDADES, TRATAR COM HUMANIDADE E VIABILIZAR BOAS ESCOLHAS A ESSES INDIVÍDUOS SÃO O ÚNICO CAMINHO À RESSOCIALIZAÇÃO, É PERMITIR QUE O FUTURO ESTEJA FADADO AO INSUCESO E PERMEADO DE RISCOS E DESCONSTRUÇÕES”

Juvenil, representa um sexto desse valor, ou seja, R\$ 3 mil ao mês. Isso, sem contar o custo de construção de uma unidade, cujos valores apontam para patamares entre 25 e 30 milhões de reais no sistema comum e 1,2 a 1,5 milhão no projeto apaquiano.

O benefício, por seu turno, não está restrito à economia aos cofres públicos, mas, sobretudo, ao investimento na pacificação social e ressocialização do infrator. Embora seja certo que todos nós desejamos justiça atrelada a reprimir e punir aqueles que violam a lei, maior justiça se apresenta em garantir que essa pessoa não volte a praticar atos infracionais, sob pena de,

de idade. Ignorar essa informação, e não tratar adequadamente os jovens em conflito com a lei, significa promulgar atestado de ineficiência estatal no combate à criminalidade.

O tratamento digno, humanizado e voltado à educação, ao fortalecimento do vínculo familiar, à capacitação para o trabalho, ao desenvolvimento espiritual e cultural, assim como a inserção do adolescente no mercado de trabalho, são as principais formas de transformar o jovem em conflito com a lei em força motriz, direcionada à construção de uma sociedade justa, solidária, igualitária e pacificada.

A metodologia apaquiana se de-

É dizer, é necessário estabelecer diretrizes para que os órgãos de poder e a sociedade possam contribuir para um mundo melhor, com menos criminalidade e mais justiça social. Investir na Infância e Juventude é uma das principais garantias de um futuro melhor.●

[*] Juiz da Comarca de Frutal, integrante da Coordenadoria da Infância e Juventude e do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo, ambos do TJMG. É mestre em Direitos Difusos e Coletivos e pós-graduado em Direito Processual Civil.

PENSAMENTO JURÍDICO

REPRODUÇÃO DA INTERNET



Acordos históricos

O Judiciário mineiro está se especializando em acordos judiciais de caráter histórico pela solução de grandes e longos conflitos. Quais são os métodos adotados? Como fica a segurança jurídica dessas decisões? Para falar sobre o assunto, o Pensamento Jurídico convidou o coordenador-adjunto do Cejusc de 2º grau do TJMG, desembargador Ronaldo Claret de Moraes, que esclarece essas questões. [Foto]

Doação de alimentos

Sem burocracia, o Projeto Sobras Limpas destina alimentos próximos do vencimento e que podem ser doados a pessoas carentes, desde que apropriados para o consumo. Idealizador do projeto, o juiz Thales Flores Taipina, titular da 1ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Nanuque [Vale do Mucuri] fala sobre a iniciativa que tem beneficiado centenas de pessoas.

40 anos de Magistratura

Os desembargadores Armando Freire, Dárcio Lopardi Mendes e Fabiano Rubinger de Queiroz, do TJMG, completaram neste ano quatro décadas de Magistratura. Nesse período, contribuíram para a consolidação da Justiça mineira como uma das mais qualificadas do País. Como era o Judiciário de quatro décadas atrás e como é o de hoje? Como é participar e fazer parte da história do TJMG?

Pandemia e evolução

A pandemia trouxe novos desafios para a vida. Como ela afetou os relacionamentos interpessoais e familiares? Como lidar com a morte colocada diante de nós? Toda a experiência vivida nesta pandemia pode ser transformada em sabedoria? O juiz Haroldo Dutra Dias, titular da 3ª Vara Empresarial, de Fazenda Pública e Registros Públicos da Comarca de Contagem [Grande BH], responde a essas questões.

VEJA OS PROGRAMAS



Assista ao Pensamento Jurídico no Canal da Amagis no YouTube e nas redes sociais e site da Associação

VIA JUSTIÇA

REPRODUÇÃO DA INTERNET



Pretensão Resistida

O Projeto de Lei 533/19 pretende estabelecer no Código de Processo Civil o conceito da pretensão resistida. A demonstração de que o autor da ação procurou resolver o conflito antes de demandar o Judiciário. O programa recebe o juiz Juliano Carneiro Veiga, da Comarca de Muriaé [Zona da Mata], e o deputado federal Júlio Delgado [PSB-MG], autor do projeto. [Foto]

Centros de Inteligência

Os Centros de Inteligência do Poder Judiciário instalados, neste ano, pelos tribunais podem ser estratégicos no combate ao fenômeno da litigiosidade excessiva e das demandas repetitivas na Justiça brasileira. O juiz auxiliar da 1ª vice-presidência do TJMG, Rodrigo Martins Faria, e o juiz do TJSP Felipe Albertini Nani Viaro, esclarecem como funcionam e quais os objetivos dos centros de inteligência.

Direitos dos autistas

A Lei 12.764 determina que o autista seja considerado pessoa com deficiência. Para garantir esses direitos, a Defensoria Pública de Minas Gerais e o TJMG lançaram o projeto "Inclusão Verde Mundo - Rede em Proteção". O juiz Leonardo Guimarães Moreira, do Juizado Especial de Pedro Leopoldo [Grande BH], e o defensor público Luís Renato Braga Arêas abordaram o tema.

Direito Canônico

O Vaticano anunciou uma reforma histórica do Código de Direito Canônico. A primeira desta envergadura em 40 anos. Uma das mudanças é a inclusão de artigo sobre a pedofilia, em especial sobre os abusos cometidos por sacerdotes. Para analisar o impacto da reforma no Código de Direito Canônico, o Via Justiça entrevistou o ministro do TST Ives Gandra Filho e o padre Jefferson Antunes, mestre em Direito Canônico.

VEJA OS PROGRAMAS

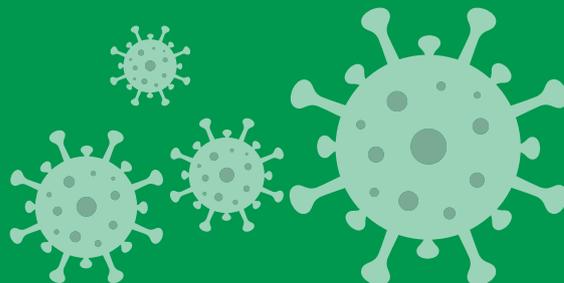


TV ASSEMBLEIA Sexta-Feira, às 23h
[Canais 11, 61.2 ou 35]

www.youtube.com/amagismg/videos

BOLETIM COVID

Amagis Saúde



Vacinas contra Covid têm eficácia contra variante Delta

Pesquisas de efetividade das vacinas contra a Covid-19 têm demonstrado a importância da imunização para a proteção contra casos graves e hospitalização frente às novas variantes.

Um estudo coordenado pela Universidade de Oxford, no Reino Unido, demonstrou que as vacinas Pfizer e AstraZeneca, produzidas pela Fiocruz no Brasil, garantem proteção contra a infecção pela variante Delta.

Com relação à CoronaVac, produzida no País pelo instituto Butantan em parceria com a chinesa Sinovac, a revista científica internacional Lancet publicou um estudo apontado que o imunizante tem alta eficácia contra a Delta.

O que fazer para evitar desconforto ao usar uma máscara?

O uso da máscara é indispensável na prevenção ao contágio pelo Covid-19. Entretanto, algumas pessoas se sentem desconfortáveis com o uso desse equipamento de proteção.

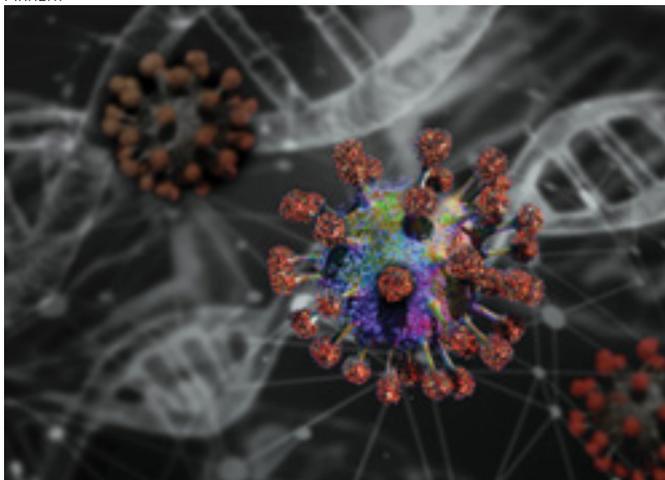
Para evitar desconforto, pode ser útil praticar o uso de máscara em casa por curtos períodos, a fim de se acostumar com a sensação e experimentar os diferentes estilos e tecidos de máscaras.

Use técnicas de relaxamento, como inspirar e expirar profundamente ou ouvir uma música suave enquanto usa uma máscara facial.

Portugal anuncia redução de restrições

No dia 1º deste mês, Portugal suspendeu quase todas as restrições para combater a disseminação da covid-19. O país já vacinou 84% da sua população.

PIXABAY



Como é feito o isolamento domiciliar?

As autoridades sanitárias recomendam que as pessoas fiquem em isolamento domiciliar em casos suspeitos de Covid. O paciente deve ficar em casa, as medidas de higiene e restrição de contato com outras pessoas devem ser reforçadas, ficando preferencialmente em quarto privativo.

Deve-se evitar compartilhamento de objetos pessoais, copos e talheres, e contatos com secreção do paciente. Recomenda-se cuidados como hidratação, boa alimentação e repouso para a pessoa enferma, que só deve sair de casa para atendimento médico, caso necessário.

Fonte: PBH

ESCANEE O QR CODE AO LADO
E ACESSE TODOS OS BOLETINS
COVID-19 DA AMAGIS SAÚDE.



Cartilha alerta sobre a saúde mental

Programa da Amagis Saúde oferece atendimento com psiquiatra

Em ação dedicada ao Setembro Amarelo, mês que alerta sobre a importância dos cuidados com a saúde mental, a Amagis Saúde enviou para os associados cartilha digital sobre o tema. Por ser um tabu, a identificação dos sinais que podem contribuir para prevenção do suicídio ainda é dificultada.

O informativo traz informações sobre fatores de risco como abuso sexual na infância, alta recente de internação psiquiátrica, doenças incapacitantes, impulsividade e agressividade, isolamento social, doenças mentais, tentativa prévia e suicídio na família.

A cartilha também orienta sobre fatores capazes de atuar na prevenção ao suicídio como autoestima,

apoio familiar, capacidade de adaptação positiva e resolução dos problemas, estar empregado, realização do pré-natal e ter sentido existencial. Todas essas informações foram apuradas com a Associação Brasileira de Psiquiatria.

AMOR À VIDA

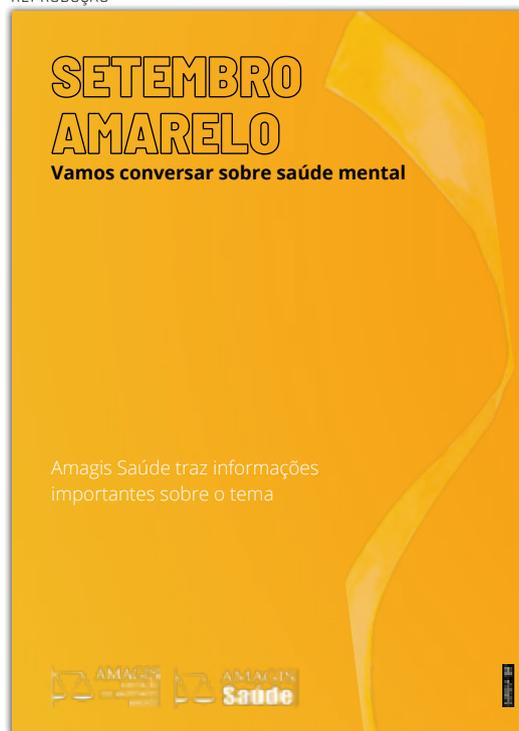
Para dar suporte aos magistrados e seus familiares, o programa Amor à Vida, da Amagis Saúde, conta em sua equipe com o trabalho do médico psiquiatra Octávio Saliba, membro Internacional da Associação Americana de Psiquiatria.

De acordo com o especialista, um dos sintomas de que a saúde mental pode estar sendo afetada é o rebaixamento do humor, compro-

metendo as esferas emocionais, cognitivas e físicas. "Sintomas como perda do interesse ou prazer, sentimento de vazio, falta de esperança, insônia ou sono exagerado, etc, que perduram por mais de duas semanas também podem ser indicativos de depressão", afirmou o Octávio Saliba.

O acompanhamento médico é de fundamental importância para que se tenha o diagnóstico correto. Os interessados em agendar uma consulta com o médico psiquiatra ou os outros especialistas do Amor à Vida (endocrinologista, cardiologista, geriatra, nutricionista e clínico geral) ou marcar tratamento odontológico e aulas de fisioterapia, deve entrar em contato com Margare-

REPRODUÇÃO



rete de Freitas pelo telefone (31) 3079-3472, pelo WhatsApp (31) 99778-3177 ou pelo e-mail margarete@amagis.com.br.●

LEIA A CARTILHA



NOVOS CREDENCIADOS

CIDADE	ESPECIALIDADE	PRESTADOR	ENDEREÇO	TELEFONE
BAMBUÍ	ANÁLISES CLÍNICAS, CITOPATOLOGIA E ANATOMIA PATOLÓGICA	LABORATÓRIO CENTRAL DE ANÁLISES	AV. ARMANDO FRANCO, 203, CENTRO	(37) 3431-2688
CÓRREGO DANTA	ANÁLISES CLÍNICAS, CITOPATOLOGIA E ANATOMIA PATOLÓGICA	LABORATÓRIO CENTRAL DE ANÁLISES	PRAÇA DA MATRIZ, 40, CENTRO	(37) 3424-1493
SETE LAGOAS	ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA	DR. FREDERICO MACHADO DURÃES	RUA TEÓFILO MARQUES, 456, CENTRO	(31) 3178-9888 (31) 99578-9888
TRÊS CORAÇÕES	ANÁLISES CLÍNICAS	PRONTOLAB	RUA MILTON MENDES, 135, CENTRO	(35) 3231-1857
UBERLÂNDIA	DERMATOLOGIA	DUEE PELLE DERMATOLOGIA	RUA SANTA HELENA, 416, TABAJARAS	(34) 3236-3378
	NUTROLOGIA E PSIQUIATRIA	ZANATTA E BECHARA SERVIÇOS MÉDICOS	RUA DOUTOR LACERDA, 578, SALA 04, VIGILATO PEREIRA	(34) 3224-0005

Amagis Saúde dá dicas sobre o autoexame de mama

Mastologista da rede Mater Dei dá orientações sobre a prática

Neste Outubro Rosa, o jornal DECISÃO preparou um coluna especial das Dicas da Saúde com orientações sobre o autoexame preventivo do câncer de mama. Nossa equipe contou com a orientação da médica mastologista Anna Dias Salvador, da Rede Mater Dei de Saúde.

A partir de quando o autoexame da mama deve ser realizado?

A partir dos 18 anos ou depois da primeira menstruação, quando a mulher começa a conhecer melhor o seu corpo.

Em qual período ele deve ser feito?

O ideal é que o autoexame seja feito entre o 7º e o 10º dia do ciclo menstrual. Nesse período a mama está menos edemaciada, tem menos influência dos hormônios sexuais femininos e possibilita uma melhor identificação de possíveis lesões relacionadas ao câncer de mama.

E mulheres que não se menstruam?

Devem escolher um período do mês para fazer o autoexame e realizá-lo mensalmente, na mesma data.

Como deve ser feito o autoexame?

A mulher deve estar despida (com as mamas expostas) e o braço levantado. Ela vai dedilhá-la de maneira circular ou em todos os quadrantes da mama. O importante é que ela abranja toda a mama e a região anterior do tórax.

O que deve ser observado?

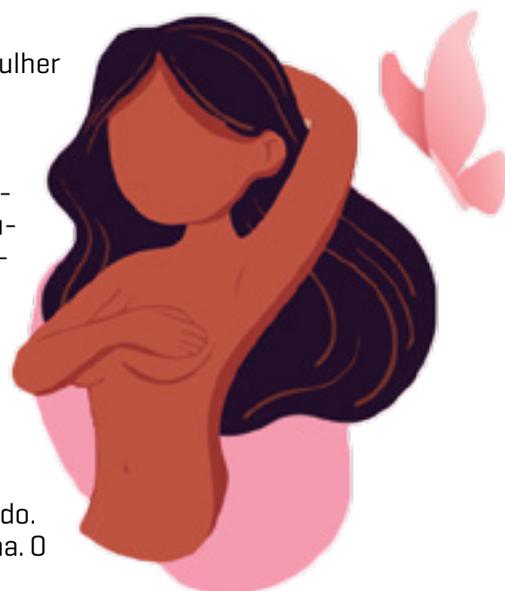
Durante o autoexame a mulher deve observar se há alguma massa, nódulos, modularidade e parte endurecida. Na região do mamilo é preciso identificar se há alguma secreção. Não é recomendado que se faça pressão no mamilo.

Sentir dor durante ao autoexame é sinal de câncer de mama?

Não. A dor não está relacionada ao câncer de mama. Geralmente a dor nas mamas está associado ao período do ciclo menstrual, em função de uma ação hormonal.

E a mamografia?

A partir dos 40 anos a mulher deve fazer a mamografia anualmente. Também é muito importante manter o exame ginecológico em dia. ●



Autoexame de mama previne com eficácia

Juíza Mônica Vieira identificou nódulo ao se examinar

Em meados de março, a juíza Mônica Silveira Vieira, da 4ª Vara Cível da Comarca de Contagem (Grande BH), foi surpreendida com um nódulo na mama, enquanto fazia o autoexame durante o banho. Feita a biopsia, o câncer de mama foi confirmado.

Para a magistrada, o hábito de fazer o autoexame regularmente foi fundamental para o tumor ser diagnosticado e o tratamento começar na fase inicial da doença. Mônica Vieira havia feito os exames clínicos (mammografia e ultrassom) poucos meses antes e os resultados haviam sido negativos.

“Se não tivesse essa rotina de autoexame, não conhecesse meu corpo, minha mama, talvez eu não estivesse aqui para contar essa experiência para vocês”, disse a magistrada. “Parece que é um drama, mas não é drama. É a realidade dos

tumores de mama”, completou a juíza ao comentar que o tumor encontrado era extremamente agressivo.

Mônica Vieira alertou que apenas os exames clínicos anuais não são suficientes para a prevenção, pois, de acordo com ela, a forma como a mulher apalpa os seios possibilita a ela perceber as mudanças da mama. “Se você conhece seu tecido mamário tem muita chance de perceber uma alteração. Foi o que me aconteceu. De um dia para o outro percebi uma mudança muito relevante”, comentou.

Desde que iniciou o tratamento, a juíza, que se recupera bem, foi submetida a 16 sessões de quimioterapia, uma cirurgia para a retirada de tecido residual e tomou medicação antes de iniciar a radioterapia para diminuir o risco de reincidência. Seguindo a magistrada, a fé em Deus, as orações de pessoas

REPRODUÇÃO



Mônica Vieira alerta para a importância da prevenção

queridas e um bom plano de saúde foram fundamentais para ela enfrentar as dificuldades do tratamento.

“Um plano de saúde pequeno, de autogestão, individualizado, humanizado, que nos dá uma assistência adequada às nossas necessidades. Você conversa com pessoas que sabem com quem está falando, que co-

nhecem a sua história, te dá a mão e seguem junto como você no tratamento”, disse a juíza Mônica Vieira sobre a Amagis Saúde.

Como faz a cada ano, a Amagis Saúde participa da Campanha Outubro Rosa e isenta a taxa de coparticipação, de 25%, das beneficiárias do plano que realizarem a mamografia neste mês. ●



Outubro Rosa

A Amagis e a Amagis Saúde apoiam essa campanha

AMAGIS AMAGIS Saúde